

# Comissão suspende depoimentos para avaliar documento e sua organização

por Eduardo Hollanda  
de Brasília

A CPI do Orçamento decidiu ontem suspender, até pelo menos a próxima quarta-feira, a realização de novos depoimentos de parlamentares acusados de corrupção pelo ex-assessor do Senado José Carlos dos Santos. Segundo o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-SP), a proposta partiu dos próprios membros da CPI, para permitir que as subcomissões — Bancos, Subvenções Sociais, Fiscal e Patri-

mônio e Emendas ao Orçamento — possam trabalhar em tempo integral na análise dos documentos que vêm sendo encaminhados diariamente pelo Banco Central, Receita Federal e bancos.

A CPI decidiu também limitar a onze o número de parlamentares não-membros que terão direito a fazer perguntas. Dessa maneira, o máximo de inscritos para perguntar por sessão será de 55 parlamentares (22 titulares, 22 suplentes e 11 não-membros).

Hoje, a subcomissão de bancos, coordenada pelo deputado Benito Gama (PFL-BA), vai ouvir o depoimento de dois gerentes de banco — Ricardo Cedar, da Caixa Econômica Federal (Ag. Congresso), e Robson Ferreira Cardoso, do Banco Cidade (Ag. Brasília). Os extratos recebidos pela CPI mostram movimentações financeiras entre contas de parlamentares, nos dois bancos, “em valores extremamente elevados, acima de US\$ 500 mil”, afirmou Benito Ga-

ma, que espera que o depoimento dos gerentes contribua para esclarecer a origem ou a causa das movimentações de quantias elevadas.

A subcomissão de Subvenções Sociais, por sua vez, decidiu pedir a quebra do sigilo bancário e fiscal de 31 instituições, teoricamente sem fins lucrativos, beneficiárias de subvenções sociais no Orçamento de 1992, iniciado por João Alves (PPR-BA) e terminado por Ricardo Fiúza (PFL-PE).